



A INTERVENÇÃO NO PALÁCIO GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO: O desaparecimento do edifício Moderno da Praça Fausto Cardoso, em Aracaju

Teorias e Práticas de Intervenção no Moderno

Viviane Oliveira de Jesus (OLIVEIRA, Viviane J.)

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/UFBA); Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE/UFBA)
arq.vivi@gmail.com

Reginaldo Passos Pina Neto (PINA NETO, Reginaldo P.)

Mestre em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE/UFBA)
reginaldopina.arq@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho descreve a intervenção das fachadas do Palácio Governador João Alves Filho em Aracaju, sede atual da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE). O edifício era considerado uma das grandes expressões do Movimento Moderno, e mesmo sua linguagem Brutalista assegurava um diálogo respeitoso com a Praça Fausto Cardoso e com as edificações preexistentes. O artigo também aborda a temática sobre as intervenções em preexistência, onde as “novas arquiteturas e /ou fachadismos” aniquilam a estratificação histórica inclusive, ao adotar o conceito de “repaginação”. As justificativas para as ações projetuais no prédio da ALESE, não considerou o discernimento crítico para julgar a potencialidade do edifício e a possibilidade de restauração da Arquitetura Moderna, assunto debatido por diversos teóricos. A substituição dos cobogós da fachada por pele de vidro, afetou sua integridade material, sua autenticidade, destruiu o edifício da década de 80, bem como fragmentou a unidade paisagística existente. Logo, o compromisso do arquiteto em entender: a arquitetura de qualquer tipo e época, as características físicas, a lógica da arquitetura modernista, seus valores figurativos, a leitura da paisagem arquitetônica, ter uma visão histórica e não atuar com arbitrariedade, seriam indispensáveis para garantir a pertinência da proposta executada. Por conseguinte, uma compreensão científica, técnica e teórica proporcionaria uma discussão multidisciplinar para uma proposta de intervenção coerente e sobretudo que valorizasse os valores estéticos e históricos do edifício. A discussão aqui apresentada não será sobre a arquitetura moderna, mas como intervir na preexistência e na imagem consolidada dessa preexistência.

Palavras-chave: Palácio Construtor João Alves Filho, Praça Fausto Cardoso, Restauração da arquitetura do Movimento Moderno, Preservação da arquitetura Moderna, Patrimônio Urbano e Arquitetônico.

Abstract:

This paper describes the intervention of the facades of the Governor João Alves Filho Palace in Aracaju, the current seat of the Sergipe Legislative Assembly (ALESE). The building was considered one of the great expressions of the Modern Movement, and even its Brutalist language ensured a respectful dialogue with Fausto Cardoso Square and the pre-existing buildings. The article also addresses the theme of pre-existing interventions, where “new architectures and / or facades” annihilate historical stratification even by adopting the concept of “repagination”. The justifications for the design actions in the ALESE building did not consider the critical discernment to judge the building's potentiality and the possibility of restoration of Modern Architecture, a subject debated by several theorists. The replacement of the façades of the façade with glass skin affected its material integrity, its authenticity, destroyed the

13º Seminário
do_co,mo,mo_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



building of the 80's, as well as fragmented the existing landscape unit. Therefore, the architect's commitment to understand: architecture of any kind and time, physical characteristics, the logic of modernist architecture, its figurative values, reading the architectural landscape, having a historical view and not acting arbitrarily, would be indispensable for ensure the relevance of the executed proposal. Therefore, scientific, technical and theoretical understanding would provide a multidisciplinary discussion for a coherent intervention proposal and especially that would value the aesthetic and historical values of the building. The discussion presented here will not be about modern architecture, but how to intervene in the preexistence and consolidated image of this preexistence.

Keywords: Constructor Palace João Alves Filho, Fausto Cardoso Square, Restoration of Modern Movement Architecture, Preservation of Modern Architecture, Urban and Architectural Heritage.



A INTERVENÇÃO NO PALÁCIO GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO: O desaparecimento do edifício Moderno da Praça Fausto Cardoso, em Aracaju

Introdução

A proposta deste texto é descrever o projeto de reforma das fachadas do Palácio Governador João Alves Filho, sede da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), em Aracaju. O edifício, projetado em 1985, é reconhecido como um dos poucos referenciais da arquitetura moderna com linguagem brutalista, destacando-se no cenário historicista da Praça Fausto Cardoso. A produção da Arquitetura Moderna em Aracaju, além de caracterizar-se como manifestação cultural, marca uma mudança crescente no desenvolvimento da cidade nos últimos anos da década de 70. Observa-se que estes exemplares vêm sendo descaracterizados ou demolidos, por razões da legislação de proteção fragilizada, à má prática do canteiro de obra, dificuldade de manutenção dessas edificações dentro da dinâmica urbana e principalmente, do compromisso dos profissionais arquitetos com o reconhecimento do monumento, individual e coletivo, da sua sensibilidade e capacidade de entendimento das características e dos valores essenciais do lugar.

Neste sentido, a Praça Fausto Cardoso, desde a década de 1930, é reconhecida como um conjunto arquitetônico de estética moderna em harmonia às edificações neoclássicas e ecléticas preexistentes, todavia, assiste ao aniquilamento de uma de suas edificações. O projeto em vez de propor a qualificação do cenário existente, complexifica o convívio e o ato de preservação da paisagem urbana.

A linguagem brutalista notável do edifício são os cobogós que revestem todas as fachadas. Contudo, a demolição destes elementos e o recobrimento externo do prédio com pele de vidro alterou bruscamente a leitura da paisagem consolidada, criando uma nova edificação e novo foco de atenção rompendo a imagem figurativa. Além disso, afetou a integridade material, a autenticidade, destruiu o edifício da década de 80, bem como fragmentou a unidade paisagística existente.

Logo, o compromisso dos arquitetos em entender: a arquitetura de qualquer tipo e época, as características físicas, a lógica da arquitetura modernista, seus valores figurativos, a leitura da paisagem arquitetônica, possuir uma visão histórica e não atuar com arbitrariedade, seriam indispensáveis para garantir a pertinência da proposta executada. Por conseguinte, a compreensão científica, técnica e teórica proporcionaria uma discussão multidisciplinar para uma proposta de intervenção coerente e sobretudo que valorizasse os valores estéticos e históricos do edifício.

O debate em questão, é sobre as intervenções em preexistência através de ações contemporâneas e projetuais que devam ser embasadas com discernimento crítico que julgue a potencialidade do edifício e a possibilidade de restauração da arquitetura moderna. A crítica ao projeto implica em um julgamento estético, constituindo-se em uma valoração da obra arquitetônica. Assim, a compreensão da obra e da intervenção proposta possibilitará a análise das ações projetuais em preexistência onde as novas arquiteturas utilizam-se de fachadismos como ações contemporâneas intituladas de “repaginação”, aniquilando a estratificação histórica e desqualificando o cenário preexistente.



A Praça Fausto Cardoso até a década de 1970

A busca para a configuração de uma capital moderna teve início desde sua criação. Aracaju foi fundada oficialmente em 17 de março de 1855, proveniente da “construção de um paradigma moderno que configurou várias cidades brasileiras entre os séculos XIX e XX” (SANTOS, 2011, p. 19). A nova capital teve como anseio a modernidade no sentido de ser atual partindo de uma concepção progressista em contrapartida à antiga capital São Cristóvão, com características coloniais. Como bem sintetiza Santos (2011, p. 190):

Buscou ser moderna na negação da antiga capital, a partir de um “plano” urbanístico de configuração progressista (1855); buscou ser moderna na introdução de políticas voltadas para a resolução de questões voltadas para a salubridade (1903); buscou ser moderna nos melhoramentos de infraestrutura urbana (iniciados em 1900); buscou ser moderna na arquitetura incorporando “estilos” que era lançados como tendências nos grandes centros do país.

A planta geral da cidade em 1855, de autoria do capitão de engenheiros Sebastião José Basílio Pirro, era uma malha ortogonal com quadras quadriculadas, reproduzindo um tabuleiro de xadrez, com algumas ruas retas e perpendiculares, com exceção da rua nas margens do rio Sergipe, que acompanhou a curva do rio. A opção por esse “plano” ocorreu devido à facilidade de implantação, já que o fator geográfico da nova capital, permitiria futura expansão e desenvolvimento da cidade. (DINIZ, 2009)

Sobre a concepção do “Plano” de Aracaju, Nogueira (2006) afirma que Pirro desenvolveu um projeto para a capital, mas não um planejamento urbanístico:

Aracaju, no séc. XIX (1855), traz para a região da Província de Sergipe a inovação de um arruamento pensado, geométrico, como forma de organização, comparando com as demais cidades próximas, todas com características de um traçado medieval. Um *projeto*, sim. Entretanto, não se pode falar de uma cidade *planejada*, pois o planejamento, de modo abrangente e sem definições complexas, requer além de um traçado urbano definido, uma projeção de onde estariam localizadas as principais atividades, de acordo com a importância econômica e social local, uma previsão de possíveis correntes migratórias, de diferentes classes sociais, reflexos de um contexto regional. (NOGUEIRA, 2006, p.146-147)

No “Plano” original ficaram demarcadas três praças que, a partir do rio seguiriam para o interior do traçado: a primeira Praça Fausto Cardoso, a segunda Praça Almirante Barroso e a terceira Praça Olímpio Campos onde estava localizada a Igreja Matriz, hoje Catedral Metropolitana. Porém, o “Plano” não previa na Praça Fausto Cardoso a instalação inicial dos edifícios públicos. Segundo Fernando Porto, “os edifícios administrativos, igrejas e hospitais foram constituídos livremente à vontade dos construtores, sem seguir nenhum plano prévio”. (PORTO, 1945 apud NOGUEIRA, 2006, p.147)

É na primeira metade do século XX (1900 – 1950) que Aracaju mostra ações estratégicas para o desenvolvimento da região. Com o aumento da população surge os primeiros serviços públicos: água encanada, calçamento das ruas, surgimento do bonde de tração animal, lâmpadas elétricas e rede de esgoto. E a construção das edificações para serviços públicos, privados e administrativos foram implantados ao redor das três praças. (NOGUEIRA, 2006)

O conjunto desses edifícios, a implantação de passeio públicos, de espaços voltados para o lazer na Praça Fausto Cardoso e o melhoramento da paisagem às margens do rio Sergipe, além do embelezamento da cidade, traz para o espaço representatividade e uma carga simbólica que passa a caracterizá-lo pela ordem, progresso, poder, acentuados pela



configuração da implantação com traçado de geometria rígida evidenciando a importância do local, é o início da modernidade aracajuana.

A Praça Fausto Cardoso no período que antecede a década de 1930 está definida através do traçado ortogonal que seguia as demais quadras do Centro, o seu eixo é marcado pela construção em 1860 de um atracadouro às margens do rio Sergipe, para a visita do Imperador Dom Pedro II, conhecida como Ponte do Imperador e, seu entorno as primeiras construções oficiais (1863) estariam consolidadas com linguagem arquitetônica que faz releitura ao neoclássico mais simplificado (Figuras 1 a 3).

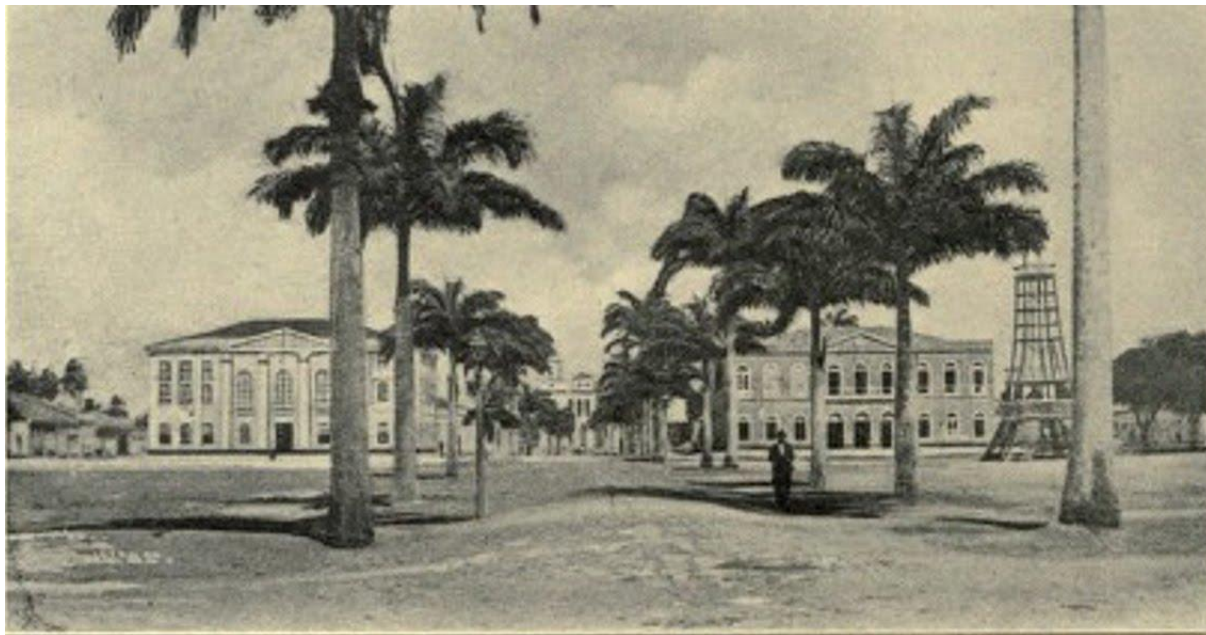


Figura 1: Praça Fausto Cardoso na primeira metade do século XX. Ao fundo os Palácios Olímpio Campos (à direita) e Palácio Fausto Cardoso (à esquerda) antes da remodelação dos anos de 1920.

Fonte: <http://aracajuantigga.blogspot.com>. Acesso em: 19 ago. 2019.

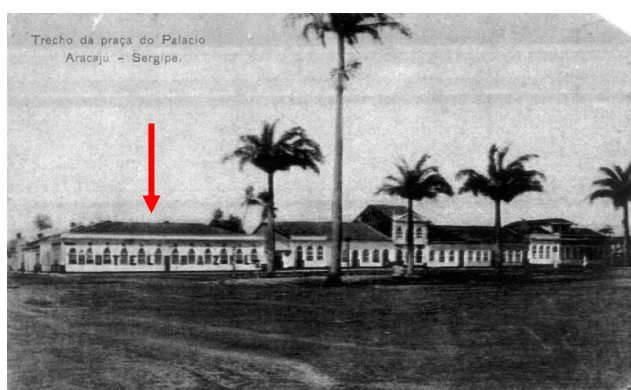


Figura 2: Trecho da Praça do Palácio – atual Praça Fausto Cardoso. A edificação da esquina (em destaque) é o Hotel Brasil, depois Sul Americano e hoje Assembleia Legislativa de Sergipe.

Fonte: <http://aracajuantigga.blogspot.com>. Acesso em: 19 ago. 2019.



Figura 3: Trecho da Praça do Palácio – atual Praça Fausto Cardoso, ou Praça Automobilística nos anos de 1900. Destaque para o edifício da Intendência onde hoje é o Edifício Walter Franco.

Fonte: <http://aracajuantigga.blogspot.com>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Contudo, com a Emancipação Política de Sergipe em 1919, esses edifícios passam por uma nova roupagem sendo restaurados, além da construção de novas edificações. As



restaurações, realizadas por uma equipe de artistas italianos, são marcadas por mudanças estilísticas, uma ecletização que marcará a transição entre o neoclássico e a modernidade como podemos citar o Palácio Olímpio Campos, o antigo Tribunal de Relações, o Palácio Fausto Cardoso atual Escola do Legislativo, a Ponte do Imperador, a Igreja do Salvador, Bancos e Escolas. (DINIZ, 2009) Essa nova roupagem não rompe a continuidade da praça; pelo contrário, a implantação de uma nova estética é derivada de um discurso de personalização política que ostenta o poder através dos signos emitidos pela linguagem arquitetônica. Contudo, o progresso era inevitável e as demolições e novas construções foram acontecendo no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 seguindo um modelo nacionalista que impulsionava o setor industrial do Brasil (Figura 4).



Figura 4: Praça Fausto Cardoso nos anos de 1920. Ao fundo os Palácios Olímpio Campos (à direita) e Palácio Fausto Cardoso (à esquerda) após restaurações.

Fonte: <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Entre o início dos anos de 1930 até meados dos anos de 1970, a Praça Fausto Cardoso assiste à renovação em sua paisagem urbana, reconhecendo-se com uma linguagem moderna em suas edificações (Figura 5). No início da década de 30, o conjunto de edifícios públicos passam a carregam uma nova plástica, densa e com uma carga simbólica marcante. Destaca-se a linguagem do estilo Art Déco de Herman Otto Wilhelm Arendt Von Altenesch¹, no edifício do Palácio Carvalho Neto, atual Arquivo Público de Sergipe (1936) (Figura 6),

¹ Sem nacionalidade e formação confirmada, Altenesch se insere no cenário aracajuano utilizando concepções e soluções na corrente Déco, provocando uma renovação na paisagem urbana da cidade. Ver mais sobre Altenesch: MACIEL FILHO, Carlos César Menezes. **Altenesch: técnica, estética e modernidade na arquitetura de Aracaju nos anos de 1930**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Bahia, 2018.



construído na lateral direita da Praça Fausto Cardoso. A linguagem arquitetônica do edifício é definida pela simplificação geométrica, linhas retas, simetria, presença de adornos, sobriedade, centralidade e escalonamento.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a verticalização na cidade é pontual e só no final desse período, com o crescimento socioeconômico e materialização do progresso no século XX, ligado diretamente à metropolização e ao capitalismo, é que surge os primeiros edifícios modernista de iniciativa pública. O primeiro exemplar é o edifício do D.E.R. (Departamento de Estradas e Rodagens), construído entre os anos de 1953-1954, localizado no bairro Siqueira Campos (arredores do bairro Centro). No entanto, é o Edifício Walter Franco (1957), localizado na Praça Fausto Cardoso, no Centro da cidade e do poder político e administrativo, que passa a ser considerado como o edifício pioneiro da linguagem modernista no contexto público e marco referencial para as obras modernas na cidade (Figura 7). (SANTOS, 2011)

O Edifício Walter Franco está construído no local da antiga Intendência num ponto estratégico da Praça Fausto Cardoso, diagonal com o Palácio Olímpio Campos e esquina com o Calçadão da Rua João Pessoa. É uma edificação com qualidade compositiva e linguagem corbusiana, com 7 pavimentos, pilotis, massa cúbica com fachadas revestidas com pastilhas e “pano de vidro” (voltada para a praça) e *brise-soleil* (voltada para o calçadão), a planta é livre e sob os pilotis (definindo a área de circulação), existe um painel em cerâmica do artista Jenner Augusto.



Figura 5: Trecho da Praça Fausto Cardoso (meados da década de 1970). Destaque para o Edifício Walter Franco e Instituto Histórico e Geográfico.

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2019.



Figura 6: Arquivo Público de Sergipe.
Fonte: Viviane Oliveira, 2016.



Figura 7: Edifício Walter Franco.
Fonte: Viviane Oliveira, 2016.

Já em 1960 a 1970, a produção da arquitetura moderna e o fenômeno da urbanização em Aracaju marca um período de desenvolvimento da cidade acelerado. O conjunto de edificações da Praça Fausto Cardoso foi o que mais representou o simbolismo do poder com a mudança e consolidação da paisagem e a ascensão econômica marcada pela descoberta



do petróleo em Sergipe em 1964. A linguagem arquitetônica adotada nas edificações da praça mostra o anseio na busca pelo progresso e modernização da cidade (SANTOS, 2011)

É importante destacar que fora desse quadrilátero, na década de 1970, Aracaju passa a exibir nova fisionomia em função do desenvolvimento econômico e expansão territorial com a chegada da Petrobrás em Aracaju. Destaque para a formação de áreas periféricas, processo de verticalização além da área central e abertura de novas ruas e avenidas. Na arquitetura, a linguagem que chega à cidade pode ser vista com a construção em 1974 do prédio público moderno, a Biblioteca Pública Epiphânêo Dôrea, de autoria dos arquitetos Geraldo Magela Lobato da Mota e Arthur Onório Guerra de Moraes. O edifício passa a se destacar como marco representativo de expansão da cidade. Como descreve Santos (2011, p. 119):

Esteticamente considerado brutalista, o prédio é composto por um corpo principal que é definido por um bloco ortogonal que compreende quase toda a estrutura física da biblioteca e por volumes assimétricos, que o interceptam, surgindo a partir da cobertura. Na fachada principal esse bloco ortogonal, que possui gabarito correspondente a dois pavimentos, apresenta a locação centralizada do acesso principal do edifício que por sua vez, funciona como um elemento que faz uma separação das duas formas de tratamento da fachada.

Assim, até a década de 1970, a Praça Fausto Cardoso construiu sua aparência urbana e estilística, associada ao crescimento econômico e urbano de Aracaju. Prevalece os usos característicos dos serviços públicos e privados, identifica-se nos edifícios que foram construídos e remodelados, os interesses administrativos aliados a uma ordem estética, dotadas de simbolismo caracterizado pela linguagem arquitetônica adotados, que passa a ser instrumento de propagação estilística em toda cidade.

O Palácio Governador João Alves Filho, a Assembleia Legislativa de Sergipe

A cidade de Aracaju, assim como outras capitais brasileiras, atravessou pelo processo da modernização, e muitos dos seus espaços, incluindo os mais importantes como os centros cívicos que reúnem grande parte de exemplares de edificações preexistentes, passaram por transformações e substituições significativas. O modernismo chega à Praça Fausto Cardoso e com os novos edifícios também acontece demolições de várias edificações no perímetro da praça com citado anteriormente, incluindo o antigo Hotel Sul Americano onde hoje está implantado o Palácio Governador João Alves Filho (Figura 8). Não há data nem registro da demolição, mas em algumas imagens e postais revelam o imóvel edificado até a década de 70. Até esse período, esse trecho da praça, manteve-se sem grandes modificações. As edificações conservaram o gabarito com no máximo 2 pavimentos (térreo e um primeiro) e com fachadas com linguagem eclética.

Num período considerado de crescimento político no estado, a Assembleia Legislativa de Sergipe, inicialmente instalada no Palácio Fausto Cardoso, hoje sede da Escola do Legislativo (ver Figura 4), necessitava de uma estrutura que acolhesse os parlamentares e suas atividades. A construção do novo edifício acontece no lote do antigo hotel demolido na esquina da Praça Fausto Cardoso e avenida Ivo do Pardo, considerada uma implantação estratégica marcando de forma dominante com o simbolismo do poder a extremidade da praça. O projeto arquitetônico está datado de outubro de 1985 de autoria do arquiteto baiano Itamar José de Aguiar Batista² e co-autoria do arquiteto sergipano Décio Carvalho de Aragão e sua

² O arquiteto Itamar Batista concedeu entrevista sobre o projeto do Palácio Governador João Alves Filho. Entrevistador: Viviane Oliveira de Jesus. Salvador, 15 ago. 2019



inauguração realizou-se em 09 de maio de 1987³. O edifício recebe o nome de Palácio Governador João Alves Filho, em homenagem ao Governador da época que viabilizou o projeto e obra.



Figura 8: Praça Fausto Cardoso na década de 60. Ao fundo (com indicação) o antigo Hotel Sul Americano demolido. Hoje o lote ocupado pelo edifício Palácio Governador João Alves Filho.
Fonte: <http://coisasdoestadodesergipe.blogspot.com>. Acesso em: 03 ago. 2019.

O arquiteto Itamar Batista foi convidado pelo então Governador do Estado João Alves Filho para desenvolver o projeto para a nova sede da Assembleia Legislativa de Sergipe. Em entrevista, o arquiteto descreve a relação com o estado de Sergipe e com o desenvolvimento de vários projetos na capital e em algumas cidades do interior. O primeiro projeto executado em Aracaju foi o Hotel Beira Mar em 1972. Até a década de 1980, inúmeros trabalhos foram elaborados com destaque para os prédios públicos como o Tribunal de Justiça, o Hospital João Alves Filho (hoje Hospital de Urgência de Sergipe/HUSE) e o CREA-SE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe). A experiência e os princípios sempre adotados para a produção dos projetos, como a relação com o cliente, custo-benefício do projeto e obra, quantitativo dos materiais e especificações adotadas e funcionalidade assegurou o convite para o novo projeto da sede da Assembleia.

O edifício da Assembleia Legislativa de Sergipe ocupa 97,2% da área total do lote de 893,70m² onde está implantado. A área construída total é de 5.972,65m² distribuídos em um volume sólido prismático e com uma estrutura vertical dividida em meio subsolo (garagem), pavimento térreo (hall de entrada e acessos) e 06 andares onde estão dispostos o plenário, salas administrativas, diretorias, gabinetes, presidência e salas de serviços gerais⁴. A ideia

³ Ver Documentário: TV ALESE. 30 anos do prédio da ALESE. **Youtube**, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Uy7D2eAz6pc>>. Acesso em: 15 jul. 2019

⁴ Informações contidas nas pranchas do projeto, cedidas pela CEHOP – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas ao arquiteto Reginaldo Passos Pina Neto. Aracaju: 15 ago. 2019.



preliminar previa 08 andares além do pavimento térreo. No entanto, por questões financeiras e final do mandato do então Governo Estadual, o projeto ficou definido apenas com 06 andares. A parte superior (7º andar) foi acrescentada à edificação em 2000, sendo de autoria dos arquitetos Herval Rosa e Antonieta Natal. A dependência da presidência está localizada nesse último pavimento coberto com estrutura metálica e jardins suspensos (Figura 9).



Figura 9: Fachadas voltadas para a avenida Ivo do Prado e Praça Fausto Cardoso.

Fonte: <<https://al.se.leg.br/visite-a-alese/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Os arquitetos conceberam uma planta retangular, sendo que a extremidade voltada para a esquina houve um chanfrado evitando uma fragmentação das fachadas. O volume é composto por uma estrutura em concreto, linhas retas e um volume prismático denso. Para atender as necessidades do setor público que necessitava de espaços flexíveis (o autor destaca como uma dificuldade no programa de necessidades) os arquitetos vestiram o volume com uma estrutura vazada para esconder as aberturas das esquadrias que em sua maioria não acompanhavam um ritmo ou simetria, além da estrutura das lajes técnicas. No projeto, essa estrutura foi especificada como uma malha reticulada em placas únicas do fabricante Eternit. O material era um lançamento da época, mas que tecnicamente não foi adequado à proposta devido às questões estruturais e de instalação (Figura 10). (BATISTA, 2019)

O tratamento das superfícies planas que envolve todo perímetro da edificação teve como solução final o uso de uma malha em argamassa armada (quadrados modulados similares à estrutura fabricada pela Eternit) que segundo Batista (2019) poderia ser chamada de cobogó, apesar da argamassa ser mais fina do que os tradicionais e históricos elementos de vedação, e em algumas áreas o revestimento em pedra (granito). As fachadas também são marcadas pelas linhas horizontais correspondentes às diversas lajes criando um ritmo distinto das fachadas dos demais edifícios do conjunto. Esse não foi o partido adotado para o projeto, mas uma solução empregada para a proteção das aberturas nas fachadas. O partido adotado foi a funcionalidade (uma das principais ideias do movimento moderno) precedendo a função



estética, a relação de custo e benefício da obra e a uniformidade em todas as fachadas. Projeto esteticamente similar, citado pelo arquiteto, é o Palácio 9 de Julho, um edifício considerado monumental e sede da Assembleia Legislativa de São Paulo, localizado na capital. O edifício datado de 1968, de autoria dos arquitetos Adolfo Rúbio Moraes e Fábio Kok de Sá Moreira, que seguem a escola modernista, influenciados pela linguagem dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer⁵.

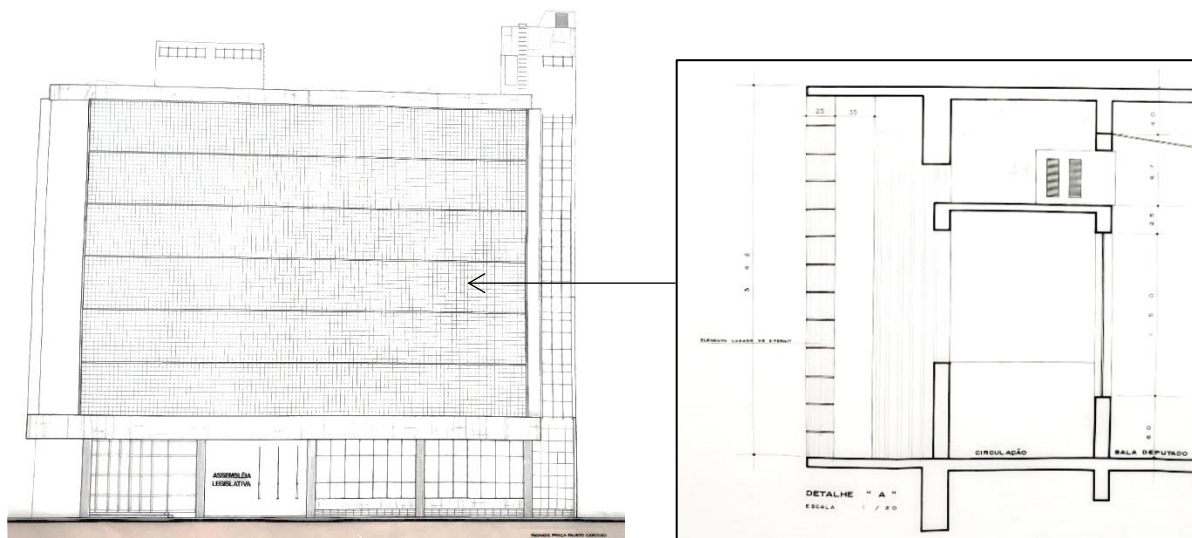


Figura 10: Fachada voltada para a Praça Fausto Cardoso e detalhe da vedação. Reprodução dos desenhos originais.

Fonte: CEHOP/SE. Acesso em: 15 ago. 2019.

O partido adotado teve como princípio a valorização do entorno sem que a imagem do rio Sergipe ou do conjunto paisagístico fossem o foco principal. Para que a relação com o rio fosse uma premissa, seria necessário a instalação nas superfícies planas da fachada painéis de vidro. Essa ideia nunca foi cogitada e seria abonada por questões de conforto térmico e pela presença marcante do vidro reflexivo que fragmentaria a leitura do conjunto (BATISTA, 2019). Os cobogós que revestem a volumetria da edificação atenderia aos princípios arquitetônicos estabelecidos pelos profissionais para o projeto. O material seria incorporado desempenhando sua função, pela capacidade de amenizar as condições climáticas, eficiência energética, ventilação e iluminação permanentes.

A diversidade de estilos arquitetônicos, no entanto, poderia ter sido um desastre na configuração paisagística da Praça Fausto Cardoso e no conjunto arquitetônico preexistente onde os palácios sobressaiam na paisagem. A acomodação da nova estrutura transfigurou a unidade compositiva da praça marcante, simbólica e expressiva. A linguagem arquitetônica da nova sede da Assembleia predominava um “risco brutalista” (não sendo intencional), adotados a partir das referências arquitetônicas dos anos de 1950, da funcionalidade corbusiana e da produção dos arquitetos Rino Levi, MMM Robertos e Vital Brazil. (BATISTA, 2019)

O resultado brutalista tornar-se-ia a referência monumental mesmo que tardia em Aracaju. De fato, é característico nos edifícios dos anos de 1960/70 em Aracaju e em outras cidades brasileiras o emprego dessa linguagem que para a autora Ruth Zein “não há uma definição

⁵ Disponível em: <

<https://www.webcitation.org/619idVakn?url=http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/menuitem.40be9c7da54da7dd58897710560041ca/?vgnnextoid=881e80f3e6e57110VgnVCM100000590014acRCRD>>. Acesso em: 20 ago. 2019.



precisa sobre o termo “brutalismo””. (ZEIN, 2007, apud SANTOS, 2011) Algumas características são apontadas pela a autora que podem ser vistas em exemplares na capital e que são marcantes no prédio da Assembleia: exposição do concreto armado na sua estrutura e como vedação e volume geométrico com aspecto de “peso e densidade”. (SANTOS, 2011)

Neste sentido, tomando de empréstimo as palavras de Ruth Zein (2007) para reconhecimento de certa arquitetura paulista desenvolvida em 1950-70 como brutalista, e aplicando sobre certa arquitetura desenvolvida em Aracaju nos anos 1966-1981, que se subdivide em dois grupos, chega-se à seguinte conclusão: as datas e os conteúdos conferem; os discursos se aproximam; as aparências confirmam; não há nada que impeça, logicamente, de considerar como brutalistas um conjunto significativo de obras realizadas na arquitetura de Aracaju. (ZEIN, 2007 apud SANTOS, 2011, p. 153)

O edifício da Assembleia Legislativa de Sergipe, passa a fixar-se no imaginário coletivo assim como já estava estabelecida as relações com os palácios remodelados, com o edifício Walter Franco e o Arquivo Público de Sergipe, desde a década de 1920. O predomínio das imagens dos poderes político e religioso desse período já predominava, reforçados à natureza histórica, por se tratar de um dos núcleos iniciais da povoação, rodeada de valorosos edifícios privilegiados pelo conjunto paisagístico.

Considerações sobre o estado de conservação

Em 2017 foi constatado alguns danos na estrutura que veste as fachadas da edificação. Existe a perda visível da argamassa armada expondo a estrutura de ferro, provavelmente pela ação do cloreto de sódio e o desprendimento das pedras em granito. Segundo a equipe técnica da Assembleia Legislativa⁶ não foi realizado mapeamento dos danos e diagnóstico para identificar as patologias e definir as soluções, para assim prever a restauração da estrutura. Também não foi realizada vistoria técnica com a elaboração de laudo que constatasse a condenação da estrutura modulada que revestia a fachada (Figuras 11 a 13).



Figura 11: Indicação da perda do revestimento (granito) fachada.
Fonte: Rafaela Lima, 2017.



Figura 12: Descolamento de revestimento da fachada.
Fonte: Rafaela Lima, 2017.



Figura 13: Esfacelamento da estrutura modulada.
Fonte: Rafaela Lima, 2017.

⁶ Foi realizada visita ao local e conversa informal com funcionários e equipe técnica nos dias 16 e 17 de julho de 2019.



A intervenção na preexistência: o Palácio e a fragmentação da unidade paisagística da Praça Fausto Cardoso

O projeto para intervenção da Assembleia Legislativa de Sergipe foi motivado pelo estado de conservação dos cobogós e pela possibilidade de abrir essa estrutura densa para o rio Sergipe. O termo utilizado pelos autores do projeto para conceitua-lo é “repaginação”⁷ que significa dar novo sentido ao edifício, uma nova aparência. Contudo, para essa nova aparência foi necessário o aniquilamento de um dos exemplares da arquitetura modernista de Aracaju, sem considerar como motivações e objetivos a preservação da edificação.

A nova proposta é de autoria do escritório Libório e Gândara Ateliê de Arquitetura, que foi contratado em 09 de outubro de 2017 através do Contrato nº 031/2017 da Assembleia Legislativa de Sergipe⁸, para a prestação de serviço com o objetivo de elaborar projeto de reforma para fachada do prédio sede do Poder. Conforme descrito no Memorial Descritivo da Arquitetura, o partido arquitetônico diz respeito a:

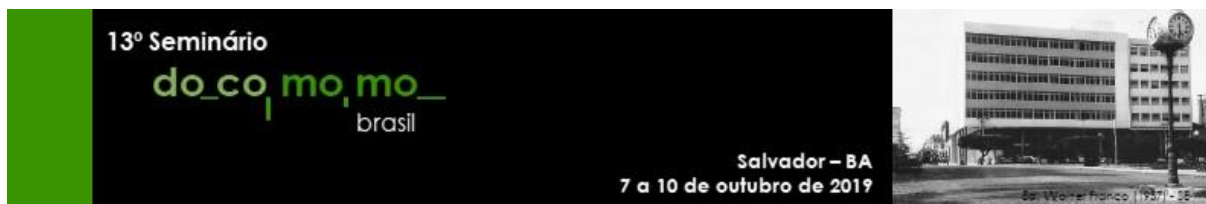
- Abrir o edifício para a deslumbrante paisagem natural do Rio Sergipe e para o histórico conjunto de praças, constituído pela Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Parque Teófilo Dantas;
- Torná-lo mais transparente, solene e esbelto valorizando sua arquitetura original;
- Adequá-lo as novas tecnologias existentes que garantam melhor performance energética (Economia de energia);
- Revestimento das alvenarias com aplicação de materiais mais seguros, atemporais e ferruginosos de maior durabilidade e de fácil manutenção;
- Substituição das janelas de alumínio existentes por modelo em pele de vidro, entre vãos, com estrutura de alumínio e sistema de vedação que garanta estanqueidade à água e som;
- Valorizar ampliando e ambientando o Espaço Cultural Djenal Queiroz, que possui tradicional agenda de exposições artísticas e lançamentos de livros formando um público crescente e interativo. (LIBÓRIO; GÂNDARA, 2018, p.4)

Na descrição do partido arquitetônico, fica claro que a proposta não atende ao princípio da reversibilidade da ação contemporânea. A intervenção proposta, descrita a seguir, causa o estirpamento do edifício histórico e contrasta radicalmente com o entorno em todos os seus aspectos (Figura 14):

- Retirada de todos os elementos reticulados em concreto, 30x30, existentes nas quatro fachadas do edifício;
- Substituição das janelas de alumínio existentes por modelo em pele de vidro, entre vãos, nas circulações do prédio e contínua nos halls com estrutura de alumínio e vedação para garantir estanqueidade;
- Execução de coluna técnica para instalação de ar condicionado e descidas das instalações e redes existentes nas fachadas que formarão nas circulações e em alguns ambientes armários para visita e manutenção;
- Para esses armários deverão ser transferidos todas as condensadoras de Ar condicionados tipo *SPLIT*, atualmente localizados de forma dispersa entre as muretas de alvenaria e painéis de concreto reticulado existentes;
- Substituição das esquadrias e coberturas da circulação no sétimo andar danificadas pela corrosão;

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BxaP55WhlZp/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁸ Disponível em: <<https://al.se.leg.br/transparencia/contratos-2017/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.



Demolição das paredes internas que separam os ambientes das fachadas externas do edifício incorporando esses espaços para os ambientes. (LIBÓRIO; GÂNDARA, 2018, p.4)

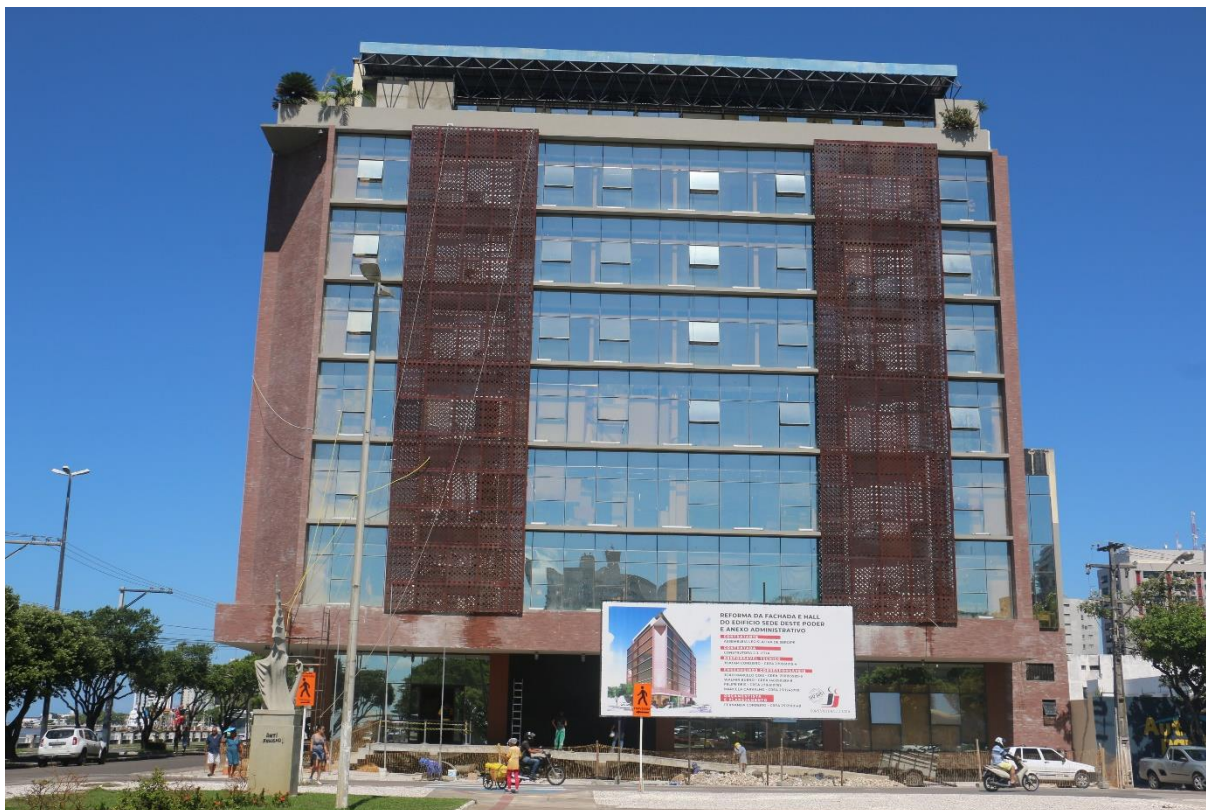


Figura 14: Fachada volta para a Praça Fausto Cardoso do edifício Palácio Construtor João Alves Filho, sede da Assembleia Legislativa de Sergipe, após intervenção (obras em estágio final no mês de julho 2019).
Fonte: Viviane Oliveira, 2019.

Nas especificações dos materiais utilizados nas fachadas estão a utilização da pele de vidro temperado espelhado na cor bronze (substituindo os cobogós), esquadrias em vidro reflexivo (substituindo as antigas esquadrias), painel em aço patinável (Corten) para as colunas técnicas, revestimento em cerâmica (substituindo o revestimento em granito) e painéis de LED (*Light Emitting Diode*) para iluminação cênica nas cores bronze, amarelo, azul, rosa, verde e vermelho, transformando o edifício numa caixa de luz (Figura 15). (LIBÓRIO; GÂNDARA, 2018)



Figura 15: Proposta para iluminação cênica das fachadas da Assembleia Legislativa de Sergipe.
Fonte: < <https://al.se.leg.br/transparencia/contratos-2017/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.



O tratamento dado às fachadas, contudo, é absolutamente dissonante ao entorno. É um equívoco considerar, como descrito no partido arquitetônico, que a utilização do vidro reflexivo valoriza a arquitetura original. Segundo o arquiteto Itamar Batista, ao ter conhecimento durante a entrevista sobre a intervenção, ressaltou que a ideia era que o edifício fosse reconhecido pela sua grandiosidade e pela linguagem arquitetônica sem a necessidade de “fachadismos” (BATISTA, 2019). É incoerente pensar que a solução adotada o adaptará às novas tecnologias garantindo melhor eficiência energética, conforme descrito nas propostas de intervenção. Durante visita ao edifício (na fase de conclusão da obra – julho de 2019) foi diagnosticado a forte incidência de luz nos ambientes sendo que será necessário a instalação de persianas tipo tela solar em todas as salas e a insuficiência dos aparelhos de climatização em face a quantidade de calor nos ambientes. Muitos desses aparelhos já estavam sem funcionar.

Para Kühl, os problemas cometidos pelo fachadismo abrange o “desrespeito aos documentos e à memória”. Utilizando da análise teórico-crítica abordada pela autora no tocante a intervenção acometida no edifício da Assembleia, a demolição das fachadas é irreversível e irreproduzível. A perda não é só da substância material, é de experiências com o monumento, perde-se os “testemunhos materiais autênticos, uma relação que é ao mesmo tempo material, emotiva e intelectual, que necessita de referenciais fidedignos”. (2008, p. 215)

A intervenção pode ser considerada, segundo abordagem do arquiteto Nivaldo Andrade Júnior, como “Arquitetura de Contraste Radical” que está associada as vertentes da arquitetura contemporânea, definindo como “aquelas intervenções que se contrapõe às preexistências em todos – ou quase todos – os seus aspectos” (ANDRADE, 2006, p.222) Segundo o autor, que se utiliza dos termos *híbridos* ou *hibridizações linguísticas* definidos por Enric Miralles (arquiteto catalão) e de De Sessa (arquiteto, pesquisador Departamento de Arquitetura e Análise da Cidade da Universidade "La Sapienza" de Roma) conseqüentemente:

[...] uma nova arquitetura realizada com características absolutamente distintas do contexto em que ocorre tende a modificar radicalmente a paisagem urbana, se comportando não como mais um elemento no tecido urbano mas subvertendo a sua lógica gestáltica, ao ser percebida como *figura*, em relação com o contexto preexistente que deveria ser preservado e que passa a ser percebido como *fundo*. (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p.223)

Portanto, não dá para separar o edifício histórico do seu contexto. “As intervenções em bens culturais devem, de modo imprescindível, seguir a metodologia da restauração, que não pode ser fundamentada numa interpretação e gosto pessoal, mas, sim, num juízo fundamentado em vários campos disciplinares e, em especial, nas humanidades”. (KÜHL, 2008, p. 220)

Considerações Finais: Reflexão sobre o Restauro da Arquitetura Moderna

A percepção do ambiente urbano de Aracaju nas diversas décadas do século XX e XXI mostra que existiram variações na produção arquitetônica, com marcos significativos na cidade que perduram ao longo do tempo. O conjunto de edificações consolidadas no perímetro das três praças: Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos, passam a caracterizar a imagem da cidade, reforçando a necessidade coletiva de se relacionar com o passado através de testemunhos materiais. Assim, as principais inserções modernistas na Praça Fausto Cardoso entre as décadas de 30 e 80, se destacaram e definiram a paisagem circundante. Ora rompendo com a linguagem neoclássica e eclética, ora envolvendo numa harmonia o conjunto urbano marcando o período de desenvolvimento da capital. Embora seja indiscutível, existe uma dinâmica urbana de novas construções, melhoramentos, desenvolvimento,



requalificação de áreas históricas, no entanto, devemos considerar a importância da preservação dos símbolos e marcos históricos desse conjunto.

Neste sentido, o edifício da Assembleia Legislativa de Sergipe, com linguagem brutalista, é de grande importância do ponto de vista da Arquitetura Moderna em Aracaju. A grande referência do edifício eram os cobogós que revestiam as fachadas e sua volumetria marcada pelo traço moderno com relação ao entorno. Em nosso juízo, o prédio assegurava uma conversa respeitosa com a Praça Fausto Cardoso, com a paisagem natural do rio Sergipe e com as edificações preexistentes. Além disso, salvaguardava uma relação com os edifícios do conjunto, pelas características densa, sólida e opaca em oposição ao edifício translúcido imposto ao conjunto.

De acordo com Santos, “o desaparecimento de um dos exemplares da arquitetura moderna em Aracaju reforça a lacuna de uma história, da produção da arquitetura moderna, que se revela cada vez mais multifacetada”. (2011, p.19) Com a destruição da linguagem modernista da Assembleia Legislativa de Sergipe, cria-se um **novo edifício**. Utilizando-se de *fachadismo* ou *híbridismo*, a nova edificação é caracterizada pelo contraste radical da pele de vidro reflexivo que envolve a totalidade das fachadas. A escolha dos materiais utilizados é definida pelos autores do projeto como “leve, esbelto e deslumbrante”⁹, com isso cria-se então, um elemento destoante e fragmentador do contexto urbano em que se insere. Kühl faz uma reflexão sobre as escolhas e parâmetros que não levam em conta princípios da preservação:

As estripações que não levam em conta as motivações e objetivos da preservação e a individualidade da obra resultam na perda de um valor fundamental, que é a multiplicidade; perda de multiplicidade que nega um preceito que deve estar presente na vida em geral: a tolerância. Preservar apenas aquilo que parece importante a alguns num dado momento é a perversão desse preceito; a tolerância é essencial, pois através da preservação os homens “poupam e cuidam também de objetos que naquele momento não estão diretamente úteis e interessantes e garantem a possibilidade de escolha para um futuro imprevisível e, desse modo, também um pedaço de liberdade”. (MÖRSCH, 1995 apud KÜHL, 2008, p.216)

Outro ponto relevante a ser considerado, é sobre as possibilidades da restauração da Arquitetura Moderna. Na publicação *Debates recentes sobre o Restauo da Arquitetura Moderna* na Itália, publicado em 2017, a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), Dra. Ana Carolina de Souza Bierrenbach, apresenta um debate sobre as recentes discussões na Itália sobre o restauro da Arquitetura Moderna, fundamentado no pensamento dos principais teóricos como Paulo Marconi, Amadeo Bellini, Marco Dezzi Bardeschi, Paolo Torsello e Giovanni Carbonara. No texto, a autora define quatro tipos de restauro sintetizando as reflexões dos teóricos referidos e que expressam um debate construtivo quanto à aplicação do restauro da arquitetura moderna e seus desdobramentos teórico quanto práticos. (BIERRENBACH, 2017)

Para Bierrenbach, “para tratar do assunto é necessário inicialmente assinalar que não existe consenso sobre as noções de “arquitetura moderna” ou de “restauro”. (2017, p.138) Ao abordar o tema “restauro”, os teóricos supracitados propõem uma discussão sobre a existência de algum tipo de especificidade para a escolha de um método de restauro diante das características peculiares da arquitetura moderna. Evidenciado por algum dos teóricos, o tipo desse método restaurativo estaria relacionado a preparação correta dos restauradores, a questão do uso dos edifícios e ao reconhecimento dos valores das arquiteturas atuais por parte do público. (BIERRENBACH, 2017)

⁹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BxaP55WhlZp/>>. Acesso em: 15 maio 2019.



O primeiro tipo de restauro abordado pela autora é o *Restauro dos Conceitos*, conceituado pelos teóricos que confirmam que o restauro dos edifícios, incluindo a arquitetura moderna, podem seguir a ideia original do projeto, explícito nos desenhos e levando em conta a opinião dos autores da obra garantindo a autenticidade. Consideram também a cópia das peças danificadas ou perdidas da obra, sem considerar que esse fato fosse um falso histórico. Para a concepção desse tipo de restauro, qualquer acréscimo ou subtração deve seguir as características originais e as criações não devem ter expressão própria, ou seja, a reconstrução desses edifícios é plenamente realizável. É relevante para esses teóricos a determinação da valoração dos edifícios preliminarmente, “assinalando seus significados artísticos, históricos, sociais e também econômicos. Quanto maiores os valores detectados no edifício, deve-se dar maior atenção à restauração dos seus conceitos fundamentais”. (CASCIATO, 2007; PORETTI, 2012; DE JONGE, 1999 apud BIERRENBACH, 2017, p.142)

O *Restauro dos Significados*, o segundo tipo de restauro, é definido no discurso de Paolo Marconi (19933-2013) por não existir diferença entre o restauro da arquitetura antiga e o da arquitetura moderna, porém não se preocupa em determinar conceitos que orientem a produção do edifício. O teórico apoia a pesquisa filológica dos projetos originais e desenhos e aceita a substituição de peças e partes faltantes do edifício. Aponta que as repristinações são inconvenientes e enfatiza que o papel do restaurador é de reparar e não de criar. O uso das edificações é tolerado desde que não afetem as características que imprimem seu significado arquitetônico e as reconstruções só são admitidas em caso de demolições desde que os documentos existentes permitam sua reconstrução filológica. O “Significado” para esse tipo de restauro está estabelecido por Marconi na valoração preliminar dos aspectos da edificação e quando se detecta nessa arquitetura se é “bela, bem construída e historicamente significativa”. (MARCONI, 2008 apud BIERRENBACH, 2017, p.145) Após reflexão desse tipo de restauro conclui-se:

O **restauro** dos edifícios modernos deve, portanto, restituir as suas estabilidades e durabilidades, mantendo ou reestabelecendo suas mensagens, para garantir a transmissão da unidade do seu caráter semântico. Para o teórico, é possível restaurar o edifício “como era e onde era”, autorizando a repristinação. Mais do que conservar os conceitos, as imagens e até mesmo as matérias, é necessário conservar os significados”. (MARCONI, 1999; TORSELLO, 2005; MARCONI, 2008 apud BIERRENBACH, 2017, p.145)

Assim como no segundo tipo de restauro definido por Bierrenbach, o terceiro tipo, *Restauro das Matérias*, considera também não existir diferença entre o restauro da arquitetura antiga e o da arquitetura moderna. Os teóricos Amadeo Bellini (1940), Marco Dezzi Bardeschi (1934) e Paolo Torsello (1934) compreendem que não existe uma especificidade para o restauro da arquitetura moderna embora reconheçam características peculiares. Para esses teóricos, o valor de autenticidade já traz outra significação, os projetos originais e os desenhos podem conter informações úteis, mas não contém as ideias primárias. As informações contidas nos edifícios são as acumuladas pelo tempo, sendo essas matérias o caráter único e original da obra. A autenticidade da obra estará garantida através da manutenção da matéria, caso esta se mantenha livre de substituições e cópias, assim alcançará a plena interpretação dos usuários presentes e futuros. (BIERRENBACH, 2017)

Para esses autores, a noção de **restauro**, inclusive o da arquitetura moderna, se associa a uma compreensão errônea do seu escopo que precisa ser superada e redefinida. Consideram que é necessário que se extrapole o restauro dos conceitos, dos significados ou das imagens. Seus entendimentos possuem diferentes matizes, mas todos assinalam a necessidade de **conservar**, conter a decadência das matérias, controlar as transformações para minimizar a perda de sinais e dos testemunhos



históricos. Esses devem manter suas potencialidades de transmitir informações e acionar interpretações e fruições. Em todo caso, posicionam-se fortemente contra a possibilidade de refazer as obras, contra a repriminção. (TORSELLO, 2005; BELLINI, 2008; LOCATELLI, 2009 apud BIERRENBACH, 2017, p.149-150)

Continuando o pensamento dos dois últimos tipo de restauro, o quarto tipo *Restauro das Matérias e das Imagens*, corrobora que o princípio que guia o restauro da arquitetura antiga são os mesmos que orientam o da arquitetura moderna. Giovanni Carbonara (1942) e outros teóricos, concordam que a autenticidade dos edifícios não está depositada nos projetos originais e nos desenhos, mas nas principais características imagéticas e nas marcas do tempo. Essas marcas, que compõe os edifícios, “são portadoras de características históricas e artísticas autênticas, que merecem ser conservadas” (BIERRENBACH, 2017, p.151) Somente quando a unidade artística tenha sido rompida ou as novas criações, é importante a reintegração, mínimas e discretas, desde que haja uma avaliação preliminar dos méritos históricos, artísticos e estéticos.

Assim, o **restauro**, incluído aquele da arquitetura moderna, é uma ação que se determina criticamente caso a caso, que pretende tutelar e transmitir para o futuro, do modo mais intacto possível, obras com reconhecido valor histórico, artístico e cultural. Assim, o restauro deve manter ou recuperar simultaneamente os valores autênticos detectados, ou aquele que se avalie mais relevante. Considera-se necessário que os edifícios restaurados mantenham ou adequem seus usos, com funções apropriadas às preexistências. Para esses autores, a conservação é um ato preventivo necessário, mas a conservação absoluta não é considerada plausível, assim como não o é a repriminção. (CARBONARA, 1997; SALVO, 2016 apud BIERRENBACH, 2017, p.152-153)

A reflexão aqui apresentada, merece atenção para a especificidade da escolha de um método para o restauro da arquitetura moderna. Os parâmetros discutidos pelos teóricos não definem uma linha a ser seguida, contudo, são importantes princípios a serem considerados. É relevante destacar a importância da valoração do edifício, do entendimento das marcas acumuladas com o tempo e sua significação que transfere à edificação suas características históricas e estéticas. Os tipos de restauro definidos por Bierrenbach não aborda a demolição do edifício moderno sem uma razão aceitável, para a construção de um novo edifício ou uma “repaginação”, visto que essa ação não poderia ser considerada um restauro. “Destruir e alterar sem razão denota imediatismo e visão anistórica que considera apenas aquilo que serve a alguns setores no dia de hoje e não leva em conta a sociedade como um todo e o próprio porvir”. (KÜHL, 2008, p.217)

A compreensão científica, técnica e teórica são indispensáveis para entender que é possível sim o restauro da Arquitetura Moderna. Com isso, proporcionaria uma discussão multidisciplinar para fundamentar os critérios de intervenção como também garantir o entendimento das técnicas construtivas, conhecimento da memória do monumento e evitar arbitrariedades. Preservação, conservação e restauração não são voltadas apenas para os testemunhos excepcionais das arquiteturas antigas. O projeto do novo edifício tem seus méritos para um outro local. Para “repaginar” o prédio da Assembleia Legislativa de Sergipe seria necessário apreender a lógica da arquitetura moderna, considerar seu valor histórico e estético, memoriais e simbólicos e, entender a significação do ponto de vista arquitetônico e da percepção do espaço, seu significado enquanto bem cultural e, principalmente o respeito às várias estratificações.

A pesquisa foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) – Processo nº 757/2019.



Referências

ANDRADE Junior, Nivaldo Vieira de. **Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-UFBA, Salvador, 2006.

BATISTA, Itamar José de Aguiar. **Itamar Batista: depoimento sobre o projeto do Palácio Governador João Alves Filho de 1985**. Entrevistador: Viviane Oliveira de Jesus. Salvador, 15 ago. 2019. Entrevista concedida à pesquisa da disciplina Projeto em Preexistência do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

BIERRENBACH, Ana Carolina. Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 137-157, jan./out. 2017.

DINIZ, Dora Neura Leal. **Aracaju: A construção da Imagem da Cidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LIBÓRIO, Ana; GÂNDARA, Júnior. **Memorial Descritivo Arquitetura: projeto de reforma da fachada da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**. Aracaju: Libório Gândara Ateliê de Arquitetura, 2018. Disponível em: < <https://al.se.leg.br/contratos-e-licitacoes-editais-2/>>. Acesso em 30 jul. 2019.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana: Ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estruturação sócio espacial de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

TV ALESE. 30 anos do prédio da ALESE. **Youtube**, 15 mar. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Uy7D2eAz6pc>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Isabella Aragão Melo. **Arquitetura Moderna na Aracaju dos anos 1940 e 1970**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Bahia, 2012.